

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 940 - de 1 a 22 de novembro de 2024

DAP FAZ BALANÇO DAS ELEIÇÕES NA

PLENÁRIA NACIONAL

DIÁLOGO E

ACÇÃO PETISTA 

ONLINE

PAUTA:

- ★ A situação pós eleições
- ★ Associação ao DAP

PREENCHA O FORMULÁRIO EM:
petista.org.br/associe-se

SÁBADO

09

NOV

às 14h

PT NO 2º TURNO

QUAIS LIÇÕES TIRAR?

pág. 4

REVOGAÇÕES

MAIS DE 500 ADESÕES AO MANIFESTO

pág. 7

NACIONAL
CONSCIÊNCIA NEGRA:
FIM DA IMPUNIDADE!
pág. 9



↳ Protesto em Nampula

INTERNACIONAL
MOÇAMBIQUE: GREVE GERAL
CONTRA FRAUDE ELEITORAL
pág. 11

Contra a Guerra e a Exploração: Juventude Revolução do PT rumo ao 17º Encontro Nacional

A Juventude Revolução do PT está alegando, através de reuniões de núcleos, delegados para o seu 17º Encontro Nacional, que vai ocorrer nos dias 15 a 17 de novembro em Juiz de Fora/MG. Com o mote "Contra a Guerra e a Exploração", mobiliza jovens de norte a sul para discutir política e organizar a luta contra a guerra e o genocídio do povo palestino e pelas demandas da juventude: verba para a educação, merenda, bolsa estudantil, cultura e lazer. O resultado das eleições municipais de 2024 e os dois primeiros anos do governo Lula também serão objeto de discussão.

O Encontro é autofinanciado e diversas atividades de arrecadação estão sendo feitas pelos núcleos da JR, como pix solidário e rifas, para as despesas de transporte e da própria estrutura da atividade. Em Volta Redonda/RJ está rolando uma rifa sorteando pinturas elaboradas por artistas militantes do núcleo da JR.

Jovens de outras origens, além da JR

do PT, também se mobilizam para participar do Encontro e colaborar com a discussão. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, jovens de uma rede internacional em defesa de presos políticos palestinos estão ajudando a construir o ENJR. Militantes da RNEAP - Rede Nacional de Estudantes em Apoio à Palestina - também estão convidados para colaborar com a discussão e com a construção da luta contra a guerra imperialista

A convocatória ao Encontro convida os jovens a debater e ajudar a construir a resistência para o próximo período:

"É preciso organizar a resistência! Os governadores estaduais estão tentando militarizar e privatizar nossas escolas, como acontece em São Paulo, no Paraná e em Minas Gerais. Querem nos convencer de que militares autoritários e violentos são melhores do que investimentos e um número suficiente de professores nas salas de aula. Com as privatizações, recebemos merendas de má qualidade para que os empresários

15 A 17 DE NOVEMBRO
JUIZ DE FORA - MINAS GERAIS

ENCONTRO NACIONAL DA JRDOPT

PALESTINA LIVRE JÁ!
CHEGA DE MASSACRE!

HINDS HALL

MARCHE POUR UN NOUVEAU FRONT POPULAIRE

NEM PRESA NEM MORTA

REVOGA O NOVO ENSINO MÉDIO
NEM? NEM? NEM? NEM? NEM? NEM?

CONTRA A GUERRA E EXPLORAÇÃO!

O que é a JRdoPT
Somos uma organização de jovens que luta contra a exploração, a guerra e pelo socialismo. Compomos o Partido dos Trabalhadores sob uma orientação política independente e autofinanciada.

O que é o Encontro Nacional da JRdoPT?
O ENJR é a nossa principal instância nacional. Ele acontece de dois em dois anos e define nossa orientação política e uma nova direção. Militantes e não-militantes podem participar das discussões do encontro!

SE INTERESSOU? SE INSCREVA NO QR CODE!

JR
JUVENTUDE REVOLUÇÃO

↳ Cartaz do 17º ENJR

possam embolsar o dinheiro destinado à educação. Não aceitaremos isso! Convidamos todos os jovens que se revoltam com a guerra, com o racismo, a opressão contra mulheres e LGBTs, que se indignam com a violência contra a juventude negra e os ataques à nossa educação, a construir o movimento rumo ao 17º Encontro

Nacional da Juventude Revolução do PT. Nos dias 15 a 17 de novembro em Juiz de Fora/MG, lute conosco por um futuro!"

Contribua com o financiamento do 17º ENJR com qualquer valor pelo pix: contato. jr.irj@gmail.com.

Kris Silvano

Instituto Federal acusado de racismo em Juiz de Fora

Dentre as muitas atividades que marcam novembro com a pauta dos pretos e pardos, os movimentos da cidade decidiram organizar uma manifestação em frente ao IF Sudeste MG, para repudiar e dar conhecimento a todos sobre o racismo que contaminou o andamento de um processo disciplinar.

Que história é essa?

No meio de 2023, uma briga entre jovens estudantes resultou em duas expulsões e uma suspensão. À primeira vista, o caso que parecia ter sido tratado com o rigor devido. No entanto, a medida foi recebida com estranhamento pelo conjunto da comunidade escolar.

A principal queixa era a de que Robson, um dos expulsos, apenas reagiu à perseguição sistemática sofrida por ele durante os meses que antecederam o ocorrido. Os relatos envolvem bullying e racismo, através de mensagens em redes sociais e mesmo presencialmente nos corredores e salas de aula. Conforme mostram as próprias imagens das câmeras do instituto, a briga só aconteceu pois foram atrás dele no prédio onde estudava.

Chama atenção a incapacidade do Instituto em atuar na situação antes que se transformasse em confronto físico. Profissionais de apoio pedagógico foram procurados e informados sobre o que Robson estava sendo vítima. Pouco ou nada foi feito por

quem poderia intervir, permitindo assim uma escalada cada vez maior do problema.

Um exemplo do que não fazer

É inevitável notar ainda que os dois estudantes expulsos em decorrência da confusão são negros e o que recebeu punição mais branda, sendo apenas suspenso, é branco. A diferença de tratamento ficou escancarada.

Cobrados pelo movimento negro a rever a decisão, reitoria e direção do centro agiram de maneira corporativista e pouco sensível. Numa primeira resposta oficial, a ouvidoria do IF negou qualquer vício na decisão, mesmo tomando ciência de áudios, mensagens e testemunhos que contextualizam o

que aconteceu. Depois, confrontados por decisão liminar a pedido do Deputado Estadual Betão (PT), tiveram de remeter a decisão ao Conselho Superior (CONSU). Na defensiva, fizeram campanha pela manutenção da expulsão e denunciaram uma suposta "interferência na autonomia universitária". O CONSU então manteve a sanção, com poucos votos contrários – notadamente do Grêmio Estudantil e da representação da APES - Associação dos Professores do Ensino Superior.

O Grêmio Estudantil está chamando uma manifestação para 5 de novembro no IF. Por ele e tantos outros, a luta prossegue.

Leo N.

Reforma Política, necessidade democrática

As contrarreformas trabalhista e da Previdência e a lei das terceirizações deixam cada dia mais evidentes seus efeitos. Desemprego ou empregos precários e sem direitos, menor fiscalização, aumento na ocorrência nos casos análogos à escravidão e destruição dos serviços públicos. No Rio de Janeiro um laboratório terceirizado foi responsável pela contaminação em transplantes de seis pacientes com HIV, por economizar no número de testes de qualidade (ver pág. 8). É urgente travar a luta contra essas maldades. É o que defende a campanha pelas revogações, que hoje já tem adesão de mais de 500 sindicalistas (ver pág. 7).

Há uma expectativa da classe trabalhadora sobre o governo Lula, para que enfrente e ajude a reverter esses ataques. Inclusive, levantar essas bandeiras, ajudaria o PT no terreno eleitoral, a se reconectar com o terreno popular. São demandas da classe trabalhadora, claras e sensíveis ao povo. Não ajuda, certamente, anunciar a possibilidade de cortes no abono salarial e no seguro-desemprego (ver pág. 8), como vêm declarando Haddad (economia) ao lado da ministra da direita "cheirosa" Simone Tebet (Planejamento e Orçamento).

Pois foram das urnas – ainda que um terreno muito deformado, pelas regras eleitorais – que veio um recado preocupante, para dizer o mínimo, nessas eleições municipais. Houve um avanço, sim, da direita e da extrema-direita, turbinado pelo Fundão eleitoral e a farra das

Emendas Parlamentares. Mas esse avanço relativo foi possível, em boa medida, pelo crescimento das abstenções, ainda mais nos centros urbanos e periferias (ver pág. 4). Os que não votaram em ninguém foram maioria nas grandes cidades, ficando muitas vezes à frente dos eleitos.

O que isso expressa?

Grande parte dos votos que iam para a esquerda, sobretudo o PT, cada vez mais "ficam em casa". Uma espécie de protesto silencioso ou desalento com a política, com "tudo que está aí" como se ouve com frequência. Quando os candidatos da esquerda se apresentam parecendo iguais aos velhos políticos de sempre, dos jogos institucionais, com programa rebaixado, isso contribui para esse desalento.

Ao contrário, deveriam se apresentar ao povo com um programa claro de atendimento de suas demandas, dizendo de onde sairá o dinheiro para os investimentos. É o que é capaz de dialogar com o sentimento de repulsa ao sistema político. Isso sim ajudaria a se reconectar com essa massa gigantesca e não deixá-la à mercê de falsos profetas do antissistema. Uma luz amarela se acendeu. É preciso reconhecer.

Mas junto cabe, também, outra pergunta.

É possível ter o mínimo de isonomia eleitoral com as atuais regras?

A impunidade - que virou regra do jogo - para os crimes eleitorais é vergonhosa. Desde os de

Bolsonaro na eleição de 2022, de todo o tipo de fraude, passando nessas eleições pela declaração fraudulenta do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas tentado ligar a candidatura de Boulos ao PCC (crime organizado), só para ficar nos mais recentes.

Nada comove o nosso Judiciário, que declara que tudo se passa em absoluta normalidade e harmonia. Junto a isso, o bilionário esquema de clientelismo das Emendas Parlamentares, que todos usam, mas que beneficia mais quem tem a maioria do Congresso: o chamado Centrão e o PL.

Mudar as regras!

Diante desse quadro, é incontornável levantar a necessidade de uma Reforma Política, para mudar as regras do jogo. Uma reforma que promova financiamento público exclusivo, com voto em listas partidárias e que garanta a proporcionalidade do voto (1 cidadão = 1 voto) com um Congresso unicameral, portanto com o fim da casa revisora e bloqueadora, o Senado. Acompanhado pelo fim das Emendas Parlamentares e pela amarra das Federações partidárias.

A luta para revogar as reformas antipovo e realizar as reformas necessárias que ainda não foram feitas – como a agrária, a do judiciário, a militar, além da política – estão no mesmo trilho. É ela que colocará, em tempo, na ordem do dia um movimento capaz de implantar um processo constituinte soberano no país.

CAMPANHA FINANCEIRA ADQUIRA NOSSO CALENDÁRIO 2025!

Estamos em campanha de arrecadação financeira. Como sempre, você pode contribuir adquirindo nosso calendário. O tema desse ano é a questão da guerra e a posição do movimento operário ao longo da história.

Com fotos que reportam momentos históricos da resistência dos povos contra as guerras, além de momentos de luta contra a opressão imperialista às nações e os povos. A economia de guerra, com a produção maciça de armas passa a fazer parte importante da economia mundial que hoje, movimenta trilhões de dólares e consome parcelas cada vez maiores dos orçamentos nacionais também é abordada.

Ajude a sustentar nosso combate independente. Adquira o seu exemplar com os companheiros e companheiras de O Trabalho.



↳ Criança palestina enfrenta tanque de Israel na Cisjordânia em 2002

▲ 15%



APOIE NOSSA LUTA!

Assine o jornal
operário há
mais tempo
em circulação!

assinatura mensal
R\$ 10/mês

assinatura semestral
R\$ 60/semestre

assinatura anual
R\$ 120/ano

assinatura solidária
R\$ 150/ano

ACOMPANHE O TRABALHO: [f](#) [@](#) /jornalotrabalho <https://otrabalho.org.br>

Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: "um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo". É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Diagramação: Paulo Henrique - MTb.: 0001939/AL

LUZ AMARELA!

Grave advertência sai das urnas

“As instituições estão funcionando” contra o povo

Esta foi a eleição das emendas parlamentares. Elas vêm crescendo e já engoliram 50 bilhões do Orçamento. Elas alimentam clientelas 4.0 para todos os parlamentares de todos os partidos, inclusive os do PT. Daí que 82% dos prefeitos foram reeleitos!

Depois, há o Fundão eleitoral de 5 bilhões na mão das cúpulas, inclusive do PT, que seleciona os candidatos que podem ganhar. É cada vez mais difícil a participação das bases e uma renovação genuína das lideranças.

No mais, a impunidade dos generais do 8 de janeiro mantém de pé e funcionando os esquemas daquela extrema-direita articulada com eles.

Ignorando tudo isso, a cúpula do PT decidiu uma “política nacional de alianças”, cedendo em coalizões impensáveis com a direita, com a meta de conter a extrema-direita em vista da reeleição de Lula em 2026. Essa política fracassou, não deteve, ao contrário, facilitou o avanço da extrema-direita. O PL de Bolsonaro foi quem mais cresceu, inclusive nos grandes centros. Ele saiu do 2º turno com o maior número

de prefeituras na Grande São Paulo, a concentração operária do país.

PT estagnado

Os resultados finais do PT confirmam o pequeno crescimento de 188 para 252 prefeituras muito aquém do esperado, e na maior parte em cidades pequenas (o PT entregou a cabeça para o Centrão em várias cidades grandes). Tendo vencido em 4 cidades de 2º turno de 2020, venceu também em 4 cidades agora, uma delas capital, Fortaleza, o que mede o pequeno crescimento.

Em SP, o estado mais importante e populoso, o PT sai derrotado com menos votos do que em 2020. Na capital, Boulos, do PSOL, associado a Lula, com Marta vice do PT, não passou dos mesmos 40% de 2020, apesar da coalizão de 8 partidos com 10 vezes mais recursos bancados pelo PT. A contida campanha de Boulos “Amor por São Paulo” não ampliou, ao contrário, o 2º turno mostrou que ele se deslocou da periferia para o centro da cidade. Nunes ganhou de setores periféricos,

a abstenção ganhou outra parte.

O 2º turno deixou mais claro o crescimento da abstenção, dos votos brancos e nulos, que superaram os eleitos em capitais (ver abaixo). Há um tipo de desencanto com o sistema político, inclusive com o PT. A extrema-direita captou uma parte da revolta com o sistema.

E por que seria diferente? Dois anos depois, o governo Lula, com seus programas sociais, todavia se adaptou às instituições e não apresentou nenhuma reforma popular, tal como taxar os ricos, revogar as contrarreformas trabalhista e previdenciária ou fazer a reforma agrária. Enfim, nada que apaixone o povo e mobilize a militância do PT e da esquerda. Só facilitou a Faria Lima se mobilizar em defesa do Arcabouço Fiscal!

Virar à esquerda

A vida continua dura, a desigualdade crescente, os serviços públicos carentes, os empregos são mal pagos, indígenas, quilombolas etc. Afinal o povo não come PIB. Lula ficou administrando a

ordem do sistema econômico e político que prometeu transformar.

Na cúpula o que mudou? O inaceitável deboche do PT pelo ministro Padilha, recebeu uma resposta indignada da presidente Gleisi. Todo apoio, mas para 2026 ambos convergem no deslocamento para o “centro”. O PDS de direita de Kassab agora virar centro, é uma desculpa esfarrapada para capitular.

Se não mudar essa política da cúpula do PT, se não mudar a política do governo e o seu ministério, começaremos a ver a luz amarela piscando.

A verdadeira resiliência do PT na eleição apareceu no aumento de 2668 para 3118 vereadores, inclusive nas capitais, com o aumento de 5,7 milhões para 7,4 milhões de votos, um acréscimo relativo de 29%. Essa reserva é uma base para rearmar o PT com a necessária retomada das bandeiras históricas para se virar para o povo e os trabalhadores, virar à esquerda. É uma luta a que o DAP se propõe.

Markus Sokol

As abstenções merecem uma reflexão

Segundo o TSE, no 2º turno, quase 10 milhões de eleitores aptos a votar, significativos 29,26% não compareceram às urnas. É a segunda maior taxa de abstenção desde o ano 2000. Só superada por pequena margem pelo não comparecimento das eleições de 2020, em meio a pandemia (veja o gráfico). Entre as capitais, Porto Alegre detém o maior índice: 34,83%. Fortaleza o menor (15,84%). A abstenção, sozinha, “ganhou” de muitos eleitos: Sebastião Melo (Porto Alegre), Ricardo Nunes (São Paulo) e Fuad Nomam (BH), para citar alguns. Eduardo Paes, apesar de eleito no 1º turno no Rio de Janeiro, obteve menos votos que os que não foram às urnas. Se a esses somarmos os votos brancos e nulos o fosso que separa os eleitos da confiança popular só cresce.

Demonstrando não ignorar o problema, a presidente da TSE, a ministra Cármen Lúcia, em pronunciamento em rede nacional na véspera do 1º turno, com objetivo

de incentivar os eleitores a votarem: “Ele [o voto] será apurado, o resultado será proclamado e os eleitos serão empossados segundo o que a maioria do eleitorado decidir ... Vamos caminhar juntos, atentos, sem hostilidades nem desalentos insuperáveis...”

Ao analisar a extensão das abstenções, contata-se que, apesar de ser um fenômeno generalizado, ele, em regra, é maior nos grandes centros. É mais expressivo nas grandes cidades do país, onde em geral está concentrada a classe trabalhadora.

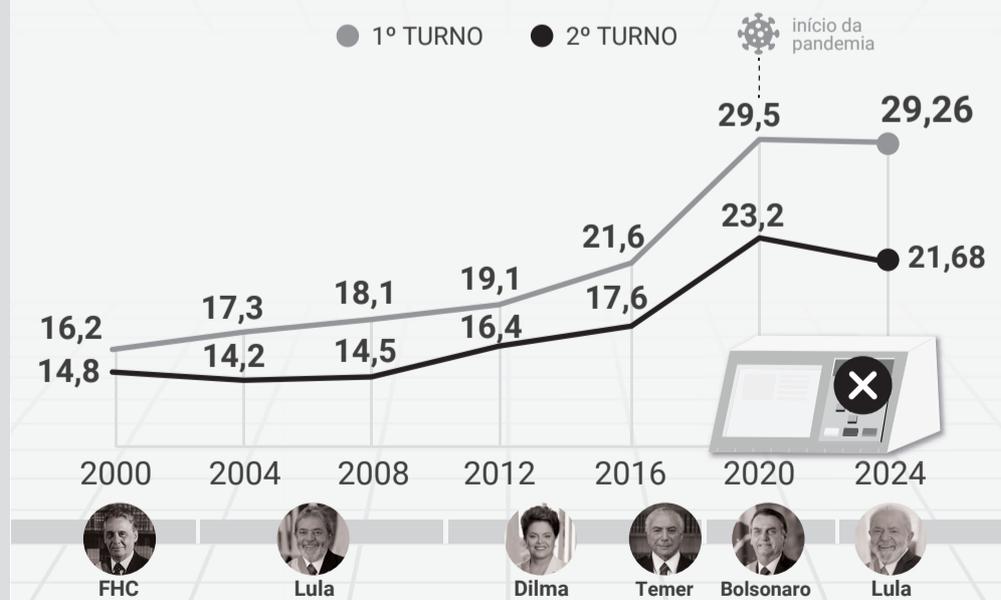
O desalento que leva a abstenção é um fenômeno político que atinge mais diretamente a base social histórica do PT. Ele tem uma clara relação com o descrédito nas instituições e seu arcabouço político-jurídico-institucional que dão sustentação a todo o sistema em crise.

Ele precisa ser compreendido e respondido à altura. A começar da discussão de uma verdadeira reforma política.

Laércio Barbosa

HISTÓRICO DA ABSTENÇÃO NO 2º TURNO EM PLEITOS MUNICIPAIS

9,9 milhões de pessoas deixaram de votar em 27 de outubro



Fonte: TSE (Tribunal Superior Eleitoral) | Adaptado de: Poder 360



UM NOVO PASSO PARA RELANÇAR O DAP

Após o 2º turno os debates se afluam frente aos resultados, mas a cúpula do partido, reunida em 28 de outubro, foi incapaz de apresentar um balanço. A aguerrida militância do partido que mais uma vez foi para linha de frente nas disputas e, em várias delas foi decisiva para a vitória do 13, deve se perguntar o que está acontecendo.

Esse debate também aparece nas reuniões dos grupos de base preparatórias à Plenária Nacional como ocorreu em cidades na Bahia, na capital paulista, na região metropolitana do Rio de Janeiro e em outras cidades ao redor do país.

Foi uma eleição mais viciada com os

milhões das emendas parlamentares e mais violenta com o aumento do crime que beneficiou os partidos de direita e da extrema direita, mas os tribunais nada fazem. Mais uma vez, predomina a impunidade.

É hora de refletir e de mudar a política no partido, pois os resultados acendem o sinal amarelo para 2026. Quanto mais se ampliou as alianças e mais se rebaixou as bandeiras e reivindicações, mais espaço foi dado aos nossos inimigos na luta de classes. Esse sistema pode precisar de uma mudança radical. O aumento da abstenção, branco e nulo nesta eleição revela uma maior



indignação com o sistema político.

Para enfrentar essa conjuntura e nos armar para os embates é que queremos dar um novo passo e relançar o DAP nacionalmente ampliando cada vez mais o cadastro de associação (www.petista.org.br/associe-se/). Fortalecer os grupos de base através da discussão política com os militantes do

partido, restabelecer o combate pela independência financeira, agir na luta de classes e ajudar a construir uma força capaz de lutar pelas bandeiras históricas do PT, tão atuais e necessárias. Este é o caminho para retomar o PT na travessia agitada no horizonte à frente onde está 2026.

Paulo Riela

DAP REALIZA PLENÁRIA NA CAPITAL PAULISTA



No dia 19/10, com a presença de 60 companheiros e companheiras representando vários grupos de base, o DAP realizou uma plenária com o objetivo de iniciar a discussão de balanço das eleições, preparar a Plenária Nacional e renovar a sua coordenação municipal.

Na mesa o companheiro Markus Sokol, representando a Coordenação Nacional, abriu a discussão dando um primeiro panorama sobre a participação do PT nas eleições. A plenária se realizou antes do 2º turno. Segundo Sokol, a política da direção majoritária do partido priorizou as alianças com

partidos como o MDB em Alagoas e Pará e o PSD no Rio, para ficar em alguns exemplos, com o argumento de refrear o avanço da extrema direita, o que se revelou um erro, fazendo com que o PT regredisse nos resultados nos grandes centros de trabalhadores, como foi o caso da Grande São Paulo.

Também falaram na mesa os companheiros Oswaldo Schiavinatto, que dirigiu os trabalhos, a companheira Babi Corrales e o companheiro Adilson Souza pela Coordenação Municipal. Do plenário o companheiro Tiago Maciel fez um resumo dos resultados negativos que o PT teve no 1º turno no conjunto do estado de São Paulo.

Numa viva discussão, cerca de 30

companheiros interviram no debate. Em geral foi apontada a ausência de discussão sobre as reivindicações do povo em candidaturas do PT, abrindo espaço para o caso do voto de tipo protesto representado na capital por Pablo Marçal e, sobretudo, refletiu-se nas altas taxas de abstenção.

A companheira Luna Zarattini, vereadora reeleita com 100 mil votos, também participou da mesa explicando que seus resultados foram obtidos graças a um esforço de defender as reivindicações de diferentes setores como a luta por moradia popular.

Todos os presentes se comprometeram a voltar para seus grupos de base com o objetivo de cadastrar os militantes no DAP Associativo, iniciativa que começou na própria plenária. Ao final foi eleita por unanimidade uma nova Coordenação Municipal.

Henrique Ollitta

EM SALVADOR, REUNIÃO DEBATE BALANÇO ELEITORAL

Em 22/10, com 21 participantes, o DAP Centro (Salvador/Ba) reuniu-se para debater “O que aconteceu com o PT nas eleições municipais de Salvador”, pauta essa que agrupou militantes e simpatizantes do PT, representações do movimento sindical (SINDAE, SINDCELPA, SINTEL, SINDPREV, SINDFERRO, SINDPEC), do Movimento Negro (MNU e CONEN), do Movimento Popular Histórico de Canudos, outros movimentos sociais e servidores e técnicos administrativos da UFBA.

Marize Carvalho, membro da executiva municipal do PT de Salvador, que foi candidata a vereadora nas

últimas eleições, abriu a discussão pontuando o tímido crescimento do PT a nível nacional e o fiasco da política de alianças do PT em Salvador, levando ao pior resultado do PT em toda sua história, com o candidato apoiado pelo PT, Geraldo Júnior (MDB), terminando o pleito em terceiro lugar com 137.298 votos (10,33%). Ele ficou atrás dos candidatos Kleber Rosa (PSOL) em segundo com 138.610 (10,43%) e de Bruno Reis (União Brasil), que foi reeleito com 1.045.690 (78,67%). Abstenções, brancos e nulos somaram 32,52% (640.582). Na eleição proporcional, o PT despencou de quatro

vereadores para um, obtendo 67.382 votos na legenda (5,02%, oitavo lugar).

A responsabilidade disso é da cúpula do partido e de suas principais lideranças políticas no estado, que decidiram em dezembro de 2023, atropelar as instâncias partidárias e impor à militância a candidatura de Geraldo, da família Vieira Lima, atual vice-governador e ex braço direito de ACM Neto, duas vezes presidente da Câmara e coordenador político da campanha de Bruno Reis em 2020.

No conjunto das intervenções os termos “reconstruir” e “retomar” a luta pelas necessidades imediatas do povo,

foram repetidos entre os participantes! A cidade clama por mudanças profundas na saúde, na educação, no transporte e na segurança pública. A violência policial contra a juventude negra se tornou cotidiana. Mas apesar desse resultado nas eleições, a reunião concluiu que o PT continua vivo pela força de sua militância que segue disposta a lutar. Os presentes encaminharam a elaboração de uma nota pública com posição do DAP sobre o processo eleitoral e a ampla participação na Plenária Nacional.

Marize Carvalho

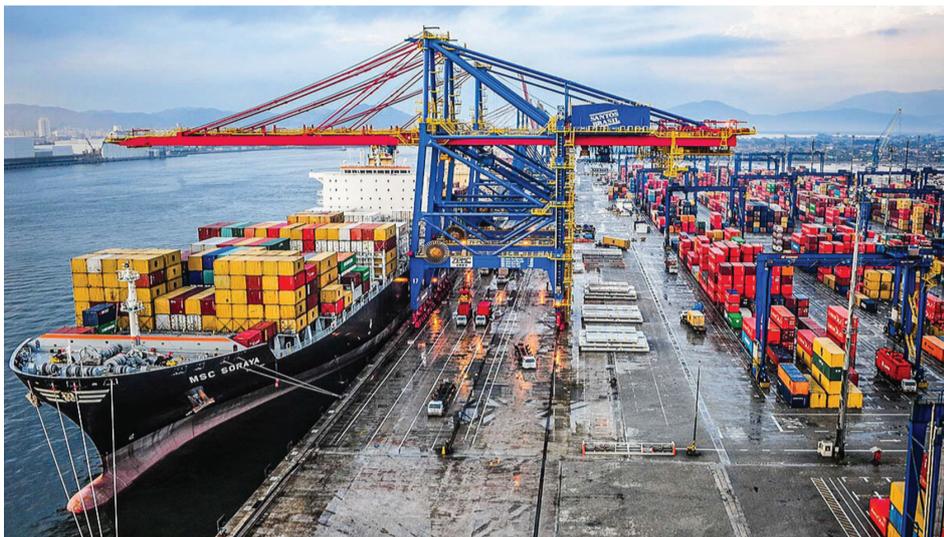
Portuários paralisam em defesa de direitos

Lula prepara concessão de Portos

Em 22/10, milhares de portuários de todo o país paralisaram suas atividades por 12 horas, para se opor as mudanças nas legislações, que estão sendo construídas por uma Comissão Especial de Portos (Cepertos) designada pelo presidente da Câmara, Arthur Lira.

“A greve está sendo feita contra um relatório e um anteprojeto de lei que retira direitos dos trabalhadores portuários, reduz o mercado de trabalho, extingue categorias reconhecidos por lei, restringe a participação dos nossos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho e acaba com o direito à exclusividade dos trabalhadores reconhecidos por lei para contratação com vínculo empregatício, entre outros”, disse o presidente do Fenccovib, Mário Teixeira à Agência Brasil. A Fenccovib, representa mais de 50 mil trabalhadores como vigias portuários, amarradores e conferentes.

Tanto a Fenccovib, quanto a Federação Nacional dos Portuários e a Federação Nacional dos Estivadores, denunciam que o anteprojeto de Lei em gestação também tem o objetivo de facilitar a terceirização, por meio da criação de uma empresa que forneceria mão de obra terceirizada e esvaziaria o OGM - Órgão



↳ Porto de Santos

de Gestão de Mão de Obra, entidade de caráter público, acompanhada pelos sindicatos, que tem a função atualmente de fornecer a mão de obra avulsa dos trabalhadores portuários, respeitando os direitos e formas contratuais estabelecidos em Convenções ou Acordos Coletivos de Trabalho.

Luiz Augusto de Almeida, mecânico de manutenção portuária e presidente da associação dos Aposentados e Pensionistas do Sintrport, sindicato em

Santos, explicou que o anteprojeto de lei ainda prevê “o fim da guarda portuária, que tem dado certo”.

Apesar de no dia seguinte à paralisação, a Cepertos ter dado prosseguimento a aprovação do relatório com as medidas combatidas pelos trabalhadores, Luiz enxerga com otimismo o movimento e a disposição de luta “a paralisação foi muito boa, não foi só em Santos, mas em todo o Brasil e futuramente nós vamos fazer novas paralisações, vamos

lutar até o fim para que essa mudança não aconteça”.

Concessão é privatização

Enquanto o Congresso comandado por Lira, em conluio com os empresários portuários, prepara suas maldades na “Cepertos”, o governo Lula está preparando uma mega concessão de portos pelo país. De acordo com matéria veiculada pela Folha de São Paulo, o governo tem um plano que entregaria para a iniciativa privada pelo menos 35 terminais, vários já existentes, outros a serem construídos. Para Almeida, “esse processo não interessa aos trabalhadores. Há áreas em que o porto de Santos é público e querem privatizar”.

Apesar do governo Lula, corretamente, ter retirado o porto de Santos, no seu conjunto, do programa de privatização, o modelo de concessão que está sendo gestado, pode deixar nas mãos da iniciativa privada, por pelo menos 25 anos, áreas estratégicas para a soberania nacional. A combinação entre expansão de portos privados, precarização da mão de obra e relaxamento na segurança, merece ser enfrentada de conjunto pelas entidades sindicais.

Juca Gonçalves

Em Campinas: licença para vítimas de violência doméstica

Uma conquista na campanha salarial do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e região/SP, é uma verdadeira ajuda às trabalhadoras na luta para erradicar a violência doméstica a que milhares de mulheres estão submetidas. O Acordo Coletivo assinado em uma fábrica, garante a todas as trabalhadoras da metalúrgica Samsung, o direito a se ausentar do trabalho durante dez dias corridos, sem prejuízo dos seus salários, caso sofram qualquer tipo de violência

doméstica.

A diretora do sindicato e trabalhadora da Samsung, Cristiane Valério, explicou que “as mulheres são, aproximadamente, 60% da categoria na região e a cláusula fez parte da Pauta de Reivindicação na campanha salarial 2024 que não foi aceita pelos patrões. Sem desistir da reivindicação, num acordo por fábrica o sindicato conseguiu incluir. Apesar da reivindicação ser de 90 dias da licença, num momento em que só se

fala em retirar os direitos, a inclusão de 10 dias é uma grande vitória: “queremos incluir ainda esse ano, em acordos por fábrica e nos próximos, incluímos mais dias e assim vamos avançando”.

“A Comissão de Mulheres do sindicato, está sempre atenta e tem outras reivindicações como sala de amamentação, licença para períodos menstruais e outras para melhorar a vida das mulheres trabalhadoras”. “Essa discussão é realizada nas portas das fábricas, sempre

colocamos que a violência física deixa marcas profundas e que todas outras formas também devem ser combatidas”. Nesse sentido o sindicato está organizando uma Plenária de Mulheres para o mês de novembro, onde estas e outras lutas da categoria estarão na pauta, como a redução da jornada, o combate às reformas da previdência e trabalhista que tanto prejudicam a categoria e em especial as mulheres trabalhadoras.

Lili Souza

Previdência e confisco: não baixar as bandeiras

Em 24/10, a partir do chamado das três esferas da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que reúne as entidades dos servidores federais, estaduais e municipais, ocorreu mais um Dia Nacional de Luta contra o Confisco dos aposentados e pensionistas.

A PEC 66/23, aprovada no Senado com os votos do governo e dos senadores do PT (em meio às eleições municipais!), tinha como objetivo, além de parcelar débitos de municípios com a Previdência, tanto dos regimes próprios, quanto do regime geral (INSS), também colocar um garrote no pagamento de precatórios municipais. Mas ainda teve a introdução de um “jabuti”. Uma emenda obrigaria estados e municípios que não fizeram

suas reformas a aplicarem a reforma da Previdência de Bolsonaro (EC 103/19). Na prática, significaria aumentar as idades mínimas de aposentadoria, a cobrança dos já aposentados e pensionistas em até 22%, a contribuição extraordinária em caso de “desequilíbrio” das contas e regras draconianas para pensões. A votação foi unânime.

No mesmo dia dos atos, apesar das mobilizações limitadas na maioria das cidades, o relator da PEC, deputado Darci de Matos (PSD-SC), apresentou seu parecer a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. Ele aceitou excluir da PEC os artigos que tratavam da obrigatoriedade dos estados e municípios aplicarem EC 103. No dia 30/10, a CCJ aprovou este

parecer.

Mas há problemas

Este recuo é uma vitória importante. Mas segue o calote dos precatórios e o parcelamento a perder de vista das dívidas dos municípios com o INSS e regimes próprios ameaça o pagamento dos atuais aposentados. Uma outra PEC (06/24), que tramita com apoio de setores do movimento sindical, merece discussão. Ela propõe acabar com o confisco de aposentados e pensionistas de forma gradual, com redução de 10% ao ano a partir dos 66 anos para homens e 63 para mulheres e se extinguindo somente quando o aposentado atingir 75 anos! A expectativa de vida no Brasil para 2024 é de 76,6

anos, de acordo com o IBGE.

Já no STF...

Gilmar Mendes devolveu os processos que julgam a constitucionalidade de parte da reforma da Previdência de Bolsonaro. O julgamento pode ser retomado assim que os processos forem colocados na pauta. Não há previsão de data, podendo ser nas próximas semanas. A pressão sobre o STF deve prosseguir. Derrubar trechos da reforma da Previdência pode servir de impulso para a luta pela revogação de toda a PEC, luta que esteve entre os eixos da marcha realizada em março em Brasília e que anima o manifesto de 1000 sindicalistas.

João Batista Gomes

Campanha ultrapassa 500 adesões e prepara reunião nacional

A lei das terceirizações ilimitadas, um dos pontos da campanha pelas revogações, foi tema de discussão entre os ministros do STF Alexandre de Moraes e Flavio Dino nos últimos dias, em processo que julgava

o reconhecimento de direitos trabalhistas de terceirizados como pessoa jurídica. Os dois ministros defenderam a posição do STF a favor das terceirizações, inclusive das atividades-fim, ainda que Dino faça críticas às

consequências da lei. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que 80% das empresas no Brasil já utilizam a terceirização.

A lei das terceirizações combinada com a reforma trabalhista favoreceu o aumento da pejetização dos postos de trabalho. As empresas usam este regime de contratação para não pagar as contribuições patronais da seguridade social e tributos trabalhistas. A reforma trabalhista permite que empresas possam ter em seu quadro de pessoal apenas trabalhadores "PJ". Muitos desses trabalhadores que eram CLT foram coagidos a aceitar a nova vaga como pessoa jurídica, sob pena de ficarem desempregados.

Um trabalhador que "passa a ser autônomo" perde direitos como o seguro-desemprego, adicional de férias, licença maternidade e outros. Soma-se a isso à intensificação do

trabalho com o sistema de produção por metas, sem jornada de trabalho definida e salários mais baixos que geram um aumento da precarização. Este sistema, na prática, exclui o direito à aposentadoria. Sem a contribuição patronal e o recolhimento vinculado aos rendimentos do trabalhador, muitos não contribuem com o Regime Geral da Previdência Social ou recolhem valores muito baixos, que na prática os impedem de receber um salário na aposentadoria.

Nossa campanha – dirigida ao governo Lula, ao Congresso Nacional e ao STF, para exigir a revogação das reformas trabalhista, da previdência e da lei das terceirizações – já ultrapassou os 500 aderentes e se prepara para uma reunião nacional virtual em 13 de novembro com sindicatos de todo país.

René Munaro



Entrevistas

SANDRO BITTENCOURT, GARI E DIRETOR DO SINTRASEM, FALA SOBRE AS VISITAS A SINDICATOS EM SC



1 O Sintrase, um dos sindicatos propoentes da campanha, visitou sindicatos em todas as regiões de Santa Catarina apresentando a iniciativa. Como você avalia a recepção dos sindicatos?

A recepção foi muito boa, pois são temas que afetam a vida da classe trabalhadora. As conversas relataram a inércia de ações sobre os temas, pois muito se fala e poucas ações são feitas. Neste sentido, a iniciativa do comitê de sindicatos foi muito bem recebida pela ampla maioria dos visitados.

2 Nas discussões com os dirigentes sindicais o que você destacaria em relação aos temas da campanha?

Uma das consequências mais discutidas foi o enfraquecimento do poder dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho. O fim da ultratividade no setor celetista permitiu que os patrões se negassem ou dificultassem a renovação dos acordos coletivos. O estabelecimento das negociações é chantageado com propostas de retirada de direitos. Isso enfraqueceu muito os sindicatos e seu poder negociação.

3 Você faz parte de um sindicato ligado ao serviço público que enfrenta as terceirizações em Florianópolis. Sobre esse tema, como foi a discussão com os sindicatos CLTistas e do serviço público?

A terceirização afeta muito o serviço público, mas nos sindicatos celetistas essa preocupação é ainda maior com a pejetização, que vem com o discurso do empreendedorismo.

Isso acaba seduzindo trabalhadores, até que eles descubram que isto significa esta perda de direitos. O trabalhador não tem acordo coletivo, férias, décimo-terceiro salário. A pejetização hoje é a forma que mais cresceu nas terceirizações nas discussões que tivemos.

MÁRCIO FERNANDES DA SILVA, SINDICATO DOS ADVOGADOS DE SP



1 Você faz parte do Sindicato dos Advogados de São Paulo (SASP) e está no comitê de sindicatos que organizam a campanha. Como vocês avaliam esta iniciativa?

A campanha pelas revogações é uma luta fundamental para que possamos recuperar os direitos tomados pelos neoliberais, que não medem esforços para tentar acabar com o arcabouço legal que protege os trabalhadores contra os avanços poder econômico. O SASP apoia com entusiasmo a

campanha, que inclusive se soma àquela que foi impulsionada pela entidade e se transformou no Movimento Nacional pela Revogação da Reforma Trabalhista. Essas duas iniciativas podem gerar uma sinergia capaz de recolocar na ordem do dia o tema da revogação das reformas, mas para tanto será necessário que mobilizemos as categorias profissionais para aderir à luta.

2 Quais pontos da reforma trabalhista você considera que mais alteraram as relações de trabalho retirando direitos?

A reforma trabalhista, alardeada como "modernização", na verdade não passava de artifício para a flexibilização de direitos, visando atacar três pilares: ① alterações legislativas para atender as demandas patronais e fixação de honorários advocatícios em desfavor do trabalhador, mesmo se for beneficiário da justiça gratuita; ② enfraquecimento dos sindicatos de trabalhadores propiciado pelo fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, prevalência do negociado em face do legislado, fim da ultratividade de acordos e convenções coletivas de trabalho, priorização da negociação individual e da desobrigação das homologações serem realizadas nas entidades sindicais; ③ diminuição do poder fiscalizador governamental em relação as condições de trabalho.

3 Como você vê a ampliação das terceirizações e da pejetização?

A terceirização já era uma realidade

mesmo antes da mudança, mas ela ampliou sua abrangência para possibilitar além da terceirização da atividade meio, também a atividade fim.

A finalidade foi a desresponsabilização dos tomadores de serviço, normalmente grandes empresas, no cumprimento dos direitos trabalhistas. Esses ao contratar o prestador de serviço, pretendem lhe transferir esse ônus, sob o argumento de que os trabalhadores terceirizados não são seus empregados. Isso gera precárias condições de trabalho, grande rotatividade, além de propiciar o calote dos direitos trabalhistas quando da dispensa ou término do contrato. Inclusive, a terceirização é a responsável, em última instância, pela ocorrência de trabalho escravo, o que é favorecido pela Reforma Trabalhista, que retirou direito e fragilizou a participação dos sindicatos, Judiciário e governo na atuação e fiscalização das relações de trabalho.

A pejetização, na prática, caracteriza verdadeira fraude na relação de trabalho, pois permite burlar a legislação trabalhista para reduzir o custo de contratação de trabalhadores. Ela vem sendo tratada pelo STF, que se sobrepõe a Justiça Especializada do Trabalho, anulando decisões que declararam vínculo de emprego, sob o argumento da autonomia do prestador de serviço no momento da contratação, como se o trabalhador tivesse escolha e igualdade de condições para negociar com a empresa contratante.

Corte no seguro-desemprego para pagar juro à banqueiro?



Agência Brasil

↳ Haddad e Tebet

Os ministros Haddad e Tebet têm declarado à imprensa que suas equipes estudam cortes em direitos e serviços ao povo trabalhador para garantir o cumprimento do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e da meta de Superávit. Depois de sugerirem cortar benefícios aos mais carentes, impondo limites ao BPC e ao abono salarial (ver OT 939), eles voltaram à carga entre o 1º e o 2º turno das eleições municipais. Anunciaram mais três balões de ensaio: cortar parte do seguro-desemprego; limitar o reajuste do salário-mínimo; e acabar com o mínimo constitucional de despesas com Saúde e Educação para limitá-las aos diminutos tetos do NAF.

O governo diz pretender economizar

cerca de R\$ 30 bilhões com medidas desse tipo. Lembrando que apenas a elevação de 0,25% da taxa Selic decidida pelos diretores do Banco Central (incluindo os 4 indicados por Lula!) aumenta em R\$ 13 bilhões os gastos anuais com pagamento de juros da dívida aos especuladores.

Hoje, o trabalhador com carteira assinada que é demitido sem justa causa tem direito a: **1** receber da Seguridade Social o Seguro Desemprego de R\$ 1.412,00 a R\$ 3.402,56 por um período de três a cinco meses (dependendo do salário e do tempo empregado); **2** sacar o que tem acumulado no FGTS (depositado mensalmente pelas empresas em que trabalhou); **3** receber multa rescisória a ser

paga pela empresa no valor de 40% do que ela depositou ao FGTS enquanto o empregou.

Abater da multa rescisória o valor do seguro-desemprego?

O governo estuda agora abater da multa rescisória o valor do seguro-desemprego. O valor total do Seguro reduzido, diminuindo o número de parcelas a ser pago pela Seguridade. Quanto mais alta a multa, menor seria o valor do seguro-desemprego.

Por exemplo: uma pessoa que trabalhou numa empresa por dois anos e um mês recebendo um salário médio de R\$ 3,3 mil, pela regra, ao ser demitida sem justa causa, ela teria direito a receber um seguro-desemprego de aproximadamente R\$ 2,3 mil durante cinco meses do governo, além de R\$ 2,85 mil em multa paga pelo patrão. Se ela havia usado parte de seu FGTS recentemente, sobrando-lhe ali R\$ 3 mil, ela teria direito a receber ao todo nos próximos cinco meses R\$ 17 mil. O que lhe permitiria viver com uma renda mensal de quase R\$ 3 mil por meio ano. Algo necessário para que possa manter sua vida enquanto se prepara (se requalificando) para arrumar outro emprego formal e tão qualificado quanto o seu.

Com a nova regra, ela poderá receber apenas R\$ 14 mil, perdendo o equivalente a pouco mais de um mês de renda. Além de uma enorme injustiça feita com trabalhadores apenas para

cumprir uma regra (o NAF) autoimposta pelo governo para pagar juros ao "mercado" financeiro, a redução no tempo à requalificação e à procura de novo emprego pode incentivar a informalidade ao obrigar trabalhadores a, no desespero, aceitar o primeiro emprego que aparecer, mesmo que sem carteira.

Alberto Handfas



MARINHO AMEAÇA SE DIMITIR E MERCADO AMEAÇA COM DÓLAR

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, ameaçou pedir demissão caso o governo faça cortes no Seguro Desemprego. "Se tem um déficit, como resolver? Tem dois jeitos: ou cortando [despesa], ou aumentando receita, que seria a reforma tributária, em busca de taxar os bilionários. Mas porque ela não prosperou até agora, vamos tirar das costas do trabalhador, do seguro-desemprego? Não conte comigo." No fechamento desta edição, os ministros Haddad e Rui Costa afirmaram que um Projeto de Emenda Constitucional com revisão de gastos teria sido acordado com Lula. Enquanto isso, os banqueiros especulam com o dólar para pressionar Lula a implementar os cortes.

Efeito da terceirização: Pacientes adquirem HIV após transplantes no Rio

O exame laboratorial que resultou no laudo equivocado e na sequente liberação dos órgãos infectados foi feito no laboratório Saleme (PCS Labs), que possui sede em Nova Iguaçu e que foi contratado pela Fundação Saúde (FSERJ), fundação pública de direito privado sem fins lucrativos sob responsabilidade da Secretaria Estadual de Saúde. Até agora foram confirmados seis casos de infectados pelo vírus HIV provenientes de dois doadores. O contrato tem duração de 12 meses e um valor total de cerca de R\$ 11 milhões. O serviço terceirizado foi contratado no lugar do órgão estadual público (Hemorio), que foi sucateado.

É a primeira vez que algo do tipo ocorre no Brasil. O Sistema Nacional de Transplantes (SNT) segue normas rigorosas para proteger receptores e

doadores, e é considerado o maior programa público de transplante de órgãos, tecidos e células do mundo. É garantido a toda a população através do SUS que, por sua vez, é responsável pelo financiamento de 88% dos transplantes no país, segundo dados do Ministério da Saúde.

Terceirizada pensa no lucro!

A denúncia, de um trabalhador do laboratório terceirizado, publicada revela que o controle de qualidade das sorologias era feito diariamente até dezembro de 2023 e passou a ser feito semanalmente em 2024, desde que a terceirizada assumiu. A responsável do laboratório alegou "ordem para economizar". Ela ressaltou que os testes sendo realizados com mais espaçamento de tempo pode acarretar erros, por isso



Agência Brasil

↳ Laboratório em Nova Iguaçu

a necessidade de serem diários. Esse trabalhador foi desligado da empresa. Como sequência da investigação do caso, foram presos esse trabalhador e o sócio da empresa.

Além das prisões e da interdição do laboratório privado, toda a cúpula administrativa da Fundação Saúde pediu demissão dos cargos.

Esquema de contratos

Dois dos sócios administradores do laboratório Saleme são tio e primo

do deputado federal e ex-secretário de Saúde do Rio Dr. Luizinho (PP-RJ). Foi sob a gestão de Dr. Luizinho que o PCS-Saleme passou a receber contratos com a fundação estadual: foram mais de 2 milhões em um primeiro, em janeiro de 2023. A partir desse momento esse laboratório firmou mais dois contratos grandes, em outubro e em novembro, esse último relativo às irregularidades que levaram à contaminação de pacientes.

Juliana Salles



Paula Fróes / Correio da Bahia

↳ Protesto, há dois anos, de familiares e vizinhos de Gabriel Silva da Conceição Júnior, 10 anos, morto por um tiro em meio a uma operação policial em Lauro de Freitas (BA). Impunidade permanece.

20 de novembro: chega de impunidade!

O 20 de novembro deste ano, Dia da Consciência Negra, pela primeira vez será uma data de feriado nacional. Essa nacionalização ajuda a uma reflexão sobre o problema da questão negra no país. Como já é tradição, atos devem acontecer em diversas cidades pelo Brasil. Sem dúvida, a questão da violência policial aparecerá nas manifestações.

É o que diversos militantes do movimento negro estão discutindo com a carta manifesto: "Chega de cachina. Investigação e punição já!", que será lançado nas próximas semanas. O

manifesto, aberto a adesões, será endereçado ao presidente Lula e aos Ministros da Justiça e Direitos Humanos, tem como foco exigir uma resposta do governo à crescente violência policial.

O estado de São Paulo, por exemplo, teve um crescimento de 78% nos assassinatos provocados pela PM desde o início do governo Tarcísio. A Bahia vem enfrentando a mesma tragédia: hoje a polícia baiana é a que mais mata no Brasil e, vergonhosamente, é uma polícia sob o governo do PT. Nos últimos três anos, 2427 crianças foram mortas

em ação policial no país. Essa violência do Estado tem-se estendido no processo de militarização e armamento das guardas municipais, que estão se tornando cada vez mais violentas e funcionando como um tipo de polícia municipal.

Impunidade é carta-branca à violência

A carta cita três grandes crimes cometidos pelas PM's: a Chacina do Cabula (BA), que completará 10 anos em 2025; a Operação Escudo (SP) e o Massacre do Jacarezinho (RJ). Nefastos exemplos de um problema que é nacional. Todos

esses crimes, assim como muitos outros pelo país, tem como conexão a impunidade. E a falta de investigação e punição funciona como carta-branca à liberalização da violência. "O que presenciamos nesses estados é o reflexo nacional da violência policial. Um reflexo da escalada da violência, principalmente, contra negros, sejam eles jovens, crianças, trabalhadores e mulheres. O que há em comum entre São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, assim, como, geralmente, em quase todas as ações de violência policial, é a impunidade." Diz o manifesto.

Exigir a federalização das investigações

Aqueles que o assinam exigem do governo Lula uma resposta a essa impunidade, que começaria por federalizar as investigações destes três crimes, como uma sinalização de que o governo combaterá a violência policial. Todas essas chacinas têm digitais das instituições brasileiras, principalmente do judiciário, que é incapaz de punir àqueles que matam o povo. Em São Paulo, o MP-SP mandou arquivar 23 das 27 das investigações sobre mortes na Operação Escudo. No Rio, as investigações também foram arquivadas, mesmo que os inquéritos apontassem sinais de execução. Na Bahia, 10 anos depois, o processo segue em segredo de justiça sem nenhuma resposta. Exigir a federalização é exigir uma posição clara do governo.

Isso sem deixar de lado as questões de fundo, incontornáveis, para a solução do massacre da população negra: "A desmilitarização das polícias e o fim da tutela militar (à República, Art. 142 da C.F. – N. do E.) são fundamentais [...]. As PMs funcionam como uma máquina de guerra contra o povo. É da sua natureza institucional militarizada estar em guerra em todo o território nacional, principalmente nas periferias" cita o texto.

Esse será o principal combate que faremos no dia 20 de novembro, com a carta manifesto em mãos e disposição de luta.

Jeffei

Tarifa zero: alívio para empresas de transporte

Saída é gratuidade com empresas públicas

Nas eleições municipais deste ano, 675 candidatos a prefeito tinham, em seus programas de governo, os termos "tarifa zero" ou "passe livre". O levantamento foi realizado pelo Vota Aí, projeto em parceria entre centros de estudos da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). O número é praticamente o dobro em relação a 2016, primeiras eleições municipais após as jornadas de junho de 2013 que catapultaram o debate sobre o custo do transporte coletivo. Foram 384 programas que falavam em gratuidade naquele ano.

Tradicionalmente associada à esquerda (foi proposta pela primeira vez no início dos anos 1990 na prefeitura de Erundina em São Paulo, enquanto era do PT, e depois pautada

por movimentos estudantis), a defesa da gratuidade no transporte passou a ser assumida por partidos de direita e, em 2024, além de PT, PSOL e PSTU, constou em programas do PL, MDB, PSD, PP e outros.

Hoje, 136 cidades já adotaram o modelo sob alguma forma, segundo levantamento da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). Em 116 delas, a gratuidade abrange todo o sistema municipal, em todos os dias da semana.

Pandemia e a crise no transporte coletivo

Segundo números da NTU, o número de viagens realizadas por passageiros no Brasil caiu de 40,4 milhões por dia em 2019, para 19,8 milhões em 2020, quando teve início a pandemia de covid-19. Ainda hoje, não se retornou

ao patamar anterior, com 34,2 milhões de viagens diárias. Foi justamente esse o ponto de aceleração nas políticas de gratuidade, que passaram a ser encarradas como uma solução para a perda de passageiros em um sistema que era majoritariamente financiado pelas passagens individuais dos usuários.

Com a tarifa zero como contrapartida ou justificativa política, parte do sistema passa a ser financiado pela adoção ou aumento de subsídio pagos pelas prefeituras às empresas de ônibus - e, em quase todo o país, as empresas são privadas, estão na mão de pouquíssimos empresários, e seguem oferecendo um serviço precário à população.

Direito à mobilidade

A legítima luta pelo direito ao

transporte coletivo (51% dos municípios do Brasil não têm serviços organizados - NTU), que atenda verdadeiramente às necessidades do povo trabalhador, e com gratuidade, não pode ficar refém nem dos péssimos serviços historicamente prestados pelas empresas de ônibus e nem da necessidade de que o dinheiro público sirva para financiar esses empresários.

Se é o dinheiro público que vai financiar o sistema de transporte coletivo, que é um direito social, que isso seja garantido via empresas públicas. É o exemplo de Maricá (RJ), com sua Empresa Pública de Transportes (EPT), que já funciona há 10 anos. Ela foi responsável pelo crescimento de 15 mil para 120 mil pessoas transportadas diariamente hoje.

Priscilla Chandretti



↳ Reunião de fundação da 1ª Internacional

Há 160 anos, a fundação da 1ª Internacional

Em 28 de setembro de 1864, numa Assembleia pública realizada no San Martin's Hall de Long Acre em Londres, foi fundada a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT – 1ª Internacional).

Karl Marx e Friedrich Engels tiveram papel fundamental para que a Associação se construísse sobre uma base operária revolucionária, combatendo tendências reformistas e nacionalistas subordinadas à burguesia. Marx foi encarregado de redigir o manifesto da AIT, concluído um mês após a fundação. E é neste manifesto que Marx escreve: “A emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos próprios trabalhadores.” E acrescenta: “A conquista do poder político tornou-se, portanto, o primeiro dever da classe operária.”

Foi o primeiro esforço para dotar o proletariado de uma direção revolucionária mundial, em um período de desenvolvimento da classe operária e do capitalismo, numa Europa ainda com resquícios da sociedade feudal.

As origens e a questão central da independência de classe

Ao mesmo tempo, os debates e as lutas opõem militantes defensores apenas da república democrática, ou seja, da vitória completa da burguesia sobre o que resta das classes feudais, e militantes mais preocupados com os “problemas sociais”, isto é, com os interesses

específicos da classe operária, emancipada de qualquer tutela burguesa – mesmo democrática.

A revolução de julho de 1830 na França permitiu que um certo número desses militantes compreendesse que a burguesia busca utilizar o proletariado como massa de manobra para a realização dos seus próprios objetivos e que, por outro lado, esta mesma burguesia se dispõe aos compromissos contrarrevolucionários com as classes de origem feudal.

Logo a seguir em 1833, surge na França uma associação sindical dos sapateiros, enquanto, na Grã-Bretanha, é fundada a primeira central sindical – a Grand National Consolidated Trade Union – que reuniria até 500 mil membros. Nos Estados Unidos, os operários da Filadélfia impõem, com uma greve, a jornada de dez horas aos seus empregadores em 1835.

Na Grã-Bretanha, a burguesia se opõe à aristocracia fundiária para fazer prevalecer os interesses da indústria sobre os da agricultura. Ao mesmo tempo, pequeno-burgueses radicais entram em luta pelos direitos democráticos. Em 1838, eles propõem uma carta do povo exigindo o sufrágio universal, reivindicação da qual o movimento operário vai se apropriar para desenvolver sua própria ação. De 1838 a 1848, o movimento cartista combinará reivindicações operárias (a jornada de dez horas) e

reivindicações democráticas (o sufrágio universal) em poderosas manifestações de massa.

O papel da “Liga dos Comunistas”

Em Paris, em 1834, os imigrantes da Europa central se agruparam numa “Liga dos Proscritos”. Em 1836, os artesãos e os operários se separaram dos intelectuais burgueses e pequeno-burgueses, formando uma nova organização que tomou o nome de “Liga dos Justos”. Esta organização nasceu, portanto, da vontade de um certo número de trabalhadores de não mais subordinar sua ação ao movimento democrático burguês.

Em 1847 ela passa a se chamar “Liga dos Comunistas” e realiza seu primeiro congresso em junho do mesmo ano. Precisamente entre este primeiro congresso e o segundo, realizado em dezembro de 1847, Marx e Engels entram para a Liga e trazem o Comitê de Correspondência Comunista de Bruxelas, do qual são responsáveis.

O antigo lema da Liga: “Todos os homens são irmãos”, será substituído, por proposta de Marx, por um novo lema: “Proletários de todos os países, uni-vos!”, que expressa as exigências do movimento operário revolucionário às vésperas da revolução de 1848. Encarregados pelo comitê central da organização de redigir o seu programa, Marx e Engels escreverão, neste contexto, o Manifesto do Partido Comunista.

Antes de tomarem contato com a Liga, os próprios Marx e Engels haviam progredido das posições específicas do movimento democrático burguês para as do proletariado revolucionário. Em 1845, eles escreveram juntos o longo manuscrito A Ideologia Alemã, no qual foram expostos, pela primeira vez, os fundamentos e o método do

materialismo histórico.

A proposta de Marx a Proudhon

Decidido a lutar efetivamente pela “constituição do proletariado como classe”, Marx propôs em 1846 a Proudhon, apesar das suas divergências, a criação conjunta de “comitês de correspondência comunistas que se ocupariam de pôr em contato os socialistas alemães, franceses e ingleses, a fim de mantê-los informados dos progressos do socialismo em cada país”.

Proudhon recusou dizendo: “Creio que não precisamos disto para ter sucesso, e que, por conseguinte, não devemos colocar a ação revolucionária como meio de reforma social”. Esta oposição é clara: de um lado, Marx, que, com vista à revolução proletária, luta para dar ao proletariado meios de organização à escala internacional; do outro lado, Proudhon, cujo socialismo pequeno-burguês levou ao reformismo e que não se interessa em trabalhar para a construir organizações internacionais.

No mesmo ano em que Marx e Engels se juntam à Liga dos Comunistas e começam a transformá-la profundamente, em resposta à Filosofia da Miséria de Proudhon, Marx publica Miséria da Filosofia que, no plano teórico, acerta definitivamente as contas com a ideologia proudhoniana.

Assim, entre 1845 e 1847, Marx e Engels conduziram ao materialismo histórico e ao socialismo científico. Ao mesmo tempo encontraram, na Liga dos Comunistas, uma organização proletária internacional que irão transformar em uma direção embrionária do proletariado revolucionário.

Trechos de artigo de La Lettre de la Vérité, n° 1106, de 10 de outubro de 2024



The emancipation of the working classes must be accomplished by the working classes themselves. The struggle for their emancipation means a struggle for equal rights to duties and the abolition of all class rule. The economical independence of the mass of labour in the monopolization of the means of labour lies at the bottom of servitude in all its forms of social misery, mental degradation, and political dependence. The economical emancipation of the working classes is therefore the great end to which every political movement ought to be subordinate as a means. All efforts aiming at that great end have hitherto failed from the want of solidarity between the manifold divisions of labour in each country and from the absence of a fraternal bond of union between the working classes of different countries. The emancipation of labour is neither a local nor a national, but a social problem, embracing all countries in which modern society exists dependent on the division of labour and the consequent antagonism of the most advanced countries.

L'émancipation des travailleurs doit être l'œuvre des travailleurs eux-mêmes. Les efforts des travailleurs pour conquérir leur émancipation ne tendent qu'à établir pour tous des droits et des devoirs égaux et à assurer la destruction de toute classe. L'émancipation économique des travailleurs est le fondement de toutes les formes de misère sociale, de dégradation intellectuelle, et de dépendance politique. L'émancipation économique des travailleurs est donc le grand but auquel tout mouvement politique doit être subordonné comme moyen. Tous les efforts faits jusqu'ici ont échoué faute de solidarité entre les diverses divisions des classes de chaque pays, et d'une union fraternelle entre les travailleurs des divers pays. L'émancipation du travail n'est ni un problème ni local ni national, mais social, embrassant tous les pays dans lesquels le travail moderne existe et nécessite pour sa solution une concertation théorique et pratique.

Die Emancipation der Arbeiterklasse muss durch die Arbeiterklasse selbst erobert werden. Der Kampf für die Emancipation der Arbeiterklasse ist kein Kampf für neue Klassenverhältnisse, sondern für die Vernichtung aller Klassenunterschiede. Die ökonomische Unterwerfung der Arbeiter unter den Besitz der Arbeitsmittel, d. h. der Spaltung des Lebens liegt der Knechtschaft in aller ihren Formen zu Grunde. Dem sozialen Kampf der proletarischen Klassenbewegung sind die politischen Kämpfe untergeordnet als Mittel. Alle bisherige Versuche sind gescheitert aus Mangel an Einigkeit unter den verschiedenen Arbeiterklassen jedes Landes und aus Mangel an einem brüderlichen Band zwischen den Arbeiterklassen der verschiedenen Länder. Die Emancipation der Arbeiter ist weder eine lokale noch eine nationale, sondern eine soziale Aufgabe, die alle Länder umfasst, in welchen die moderne Gesellschaft existiert. Sie kann nur gelöst werden durch die planmäßige Zusammenwirkung aller Länder.

Ficha de filiação à 1ª Internacional

Moçambique enfrenta fraude eleitoral

Três greves gerais expressam a revolta

Em 24 de outubro, a Comissão Eleitoral anunciou o resultado oficial da eleição de 9 de outubro, dando a vitória a Daniel Chapo, da Frelimo, partido no poder desde a independência em 1975, com 71% dos votos. Também atribuiu 78% do parlamento aos deputados da Frelimo.

O principal candidato da oposição era Venâncio Mondlane. Bancário de origem, comentarista político e ex-deputado, que foi candidato independente que se apresentou apoiado por pequenos partidos. Seus adeptos copiaram atas por todo o país que lhe davam uma vitória folgada.

Nenhum partido da oposição reconheceu o resultado oficial. A Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, presente desde 1º de setembro, declarou ter “sido impedida em suas observações durante o processo de apuração dos votos em algumas seções eleitorais em distritos, em províncias e em nível nacional (...) constatando irregularidades durante a contagem, alterações injustificadas dos resultados eleitorais”.

Os dois advogados de Mondlane foram assassinados a sangue frio e uma multidão compareceu ao enterro. Desde o dia da eleição, 11 pessoas foram mortas em manifestações e 452 foram detidas.

Greve geral

No dia 21, uma greve geral chamada por Venâncio Mondlane protestou contra a fraude. A greve paralisou 90% das atividades públicas e privadas e as ruas da capital, Maputo, ficaram desertas.

Mondlane convocou a “paralisar o país para mostrar ao governo ilegítimo, ilegal e imoral do partido Frelimo, que quem manda é o povo”.

Depois da greve do dia 21 que foi retomada nos dias 24 e 25 de outubro, Mondlane chamou uma terceira onda de protestos a partir de 31. Ele havia declarado que “o povo, os jovens têm o direito de se defender contra os tiros da polícia. Vamos nos reunir em nossos bairros, ao redor de nossas casas, sem

nos concentrarmos todos no mesmo lugar para evitar os blindados do regime. A situação atual é revolucionária, é favorável a derrubada do regime. Cabe ao povo, à juventude resolver o problema”. Mondlane também apelou aos militares para baixarem as armas.

A Frelimo agora alterna chamados ao “diálogo” da Frelimo com medidas repressivas.

Os cantos nas ruas expressam as aspirações sociais e democráticas da

população. “Cansados de ser escravos de ladrões”, “este país é nosso”, “o povo no poder”, estão entre os slogans. Mondlane tem especial entrada entre os jovens moçambicanos submetidos ao desemprego e à precariedade.

Moçambique é um país lusófono no leste da África, rico em reservas de gás e minerais, mas o índice oficial de pobreza é de 74,5%.

Com certeza, a luta não acabou.

Correspondente



Na véspera da terceira greve geral contra a fraude eleitoral, Venâncio Mondlane chamou uma Marcha sobre a capital. Mas parte do comando do Exército num vídeo (rosto coberto) diz que não vai reprimir e ameaça se voltar contra o governo. A crise no Exército vem do empobrecimento do país num contexto de corrupção - 7.000 soldados recebem soldos que não existem. O governo os afastou, e contratou mercenários ruandenses em Cabo Delgado, onde se concentram os recursos minerais, mas agora também em Maputo.

BRICS entre realidade e fantasia

O que saiu mesmo da Cúpula de Kazan

Esta foi a 16ª Reunião dos chefes de Estado do BRICS, que começaram em 2009 com cinco países membros – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e que em 2023 integraram Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos (Arábia Saudita não confirmou e Argentina refugou). Este ano, na Cúpula presidida por Putin em Kazan, na Rússia, foram convidados, a confirmar, para serem parceiros sem direito de veto, Argélia, Belarus, Cuba, Bolívia, Indonésia, Malásia, Turquia, Uzbequistão, Cazaquistão, Tailândia, Vietnã, Nigéria e Uganda.

Em cada país, a imprensa pró-governo ou mais independente (em vários deles isso não existe), “repercutiu” o evento focando no discurso do seu mandatário. Putin querendo mostrar não estar isolado, Xi Jinping, sob pressão estadunidense, buscando reforçar os laços de seu país no mercado mundial, e assim por diante.

Caso Venezuela

Lula se marcou por instruir sua chancelaria para vetar da lista de “parceiros” à Venezuela (e Nicarágua). Amorim disse que foi porque houve “quebra de confiança”, em referência ao fracasso da diplomacia secreta que conduziu o “acordo de Barbados”. Muito estranho. Não se sabe se Amorim confia nos líderes de Arábia Saudita ou Belarus. Mas esse critério da confiança entre Estados só existe na Netflix. Na vida real é um agrado aos EUA que não reconhecem Maduro.

De todo modo, passou despercebido o longo documento final, que é a conclusão que vale. Assim, ficou fácil atribuir ao bloco um objetivo anti-ocidente, na direita e, entre certos analistas progressistas, um caráter antiimperialista. Não é um nem outro (ver box).

Se anunciou um mecanismo BRICS PAY entre os seus Bancos Centrais que,

para fim de transações, viria a ser uma alternativa ao SWIFT ocidental. Mas está em estudos.

Não há nem projeto de nova moeda global, alternativa ao dólar. Só a China poderia bancá-la, mas precisaria abrir a livre circulação de capitais, o que sua liderança nem cogita, lhe fugiria ao controle.

Há uma aspiração dos povos em se contrapor à exploração e à opressão no mercado controlado pelos Estados

Unidos. Mas não há sinal nesta direção num bloco onde quase todos oprimem os seus próprios povos. Em 2025, o Brasil assume a presidência do BRICS. Como a política externa costuma ser a continuação da política interna, um governo de conciliação e acomodação não vai mudar o bloco. Mas nem se quisesse viraria a mesa. Ilusões a esse respeito só podem confundir a luta dos povos por sua emancipação.

Markus Sokol

ANTI-OCIDENTE, ANTIIMPERIALISTA?

Passagens elucidativas da Declaração Final:

- “Reiteramos nosso compromisso de trabalhar para a implementação das decisões e declarações das Conferências Ministeriais da OMC” (ou seja, da ordem capitalista).
- “Ressaltamos o papel fundamental do G20 como o principal fórum global para a cooperação econômica e financeira multilateral” (multilateral as mesmas potências junto com subordinados?).
- Apoiamos “o capital privado para financiar projetos de infraestrutura (...) elogiamos o trabalho da Força-Tarefa de Infraestrutura e Parceria Público-Privada do BRICS” (conhecemos as PPPs).
- “Estamos profundamente preocupados com o efeito perturbador de medidas coercitivas unilaterais ilegais, incluindo sanções ilegais (justo, mas sem resposta prática).
- Expressa a “preocupação com a violência na Faixa de Gaza” - não fala de genocídio! - e necessidade urgente de um cessar-fogo imediato, a libertação imediata e incondicional de todos os reféns e detidos de ambos os lados”. Passa pelas “resoluções do Conselho de Segurança da ONU” que não dão em nada, e conclui “Apelamos a todas as partes relevantes que ajam com a máxima moderação”. Comovente!

Potências cúmplices do genocídio

Israel não respeita qualquer limite à sua política de extermínio

O parlamento de Israel (Knesset) acaba de votar uma lei que proíbe operações da Agência da ONU para refugiados palestinos (Unrwa) em seu território, e outra que impede sua capacidade de ação em Gaza e na Cisjordânia. A Unrwa foi criada em 1949 após uma resolução que inscrevia o direito ao retorno dos refugiados palestinos no “direito internacional”, na sequência da Nakba (expulsão de 2/3 da população palestina e destruição de mais de 500 vilarejos com a criação do Estado de Israel).

Os ministros do governo Netanyahu pedem abertamente uma nova Nakba para abrir caminho para colônias israelenses em Gaza e Cisjordânia. O genocídio prossegue com bombardeios diários sobre os abrigos precários de uma população sobrevivente de um ano de destruições e massacres. Agora também se organiza a fome, numa situação em que os serviços de saúde desapareceram e os feridos, sem qualquer tratamento, são condenados à morte. Centenas de milhares de habitantes do norte da Faixa de Gaza são

empurrados a se deslocar pela força.

As munições, bombas e obuses utilizados pelo exército israelense são “made in America”. A liquidação da Unrwa marca a vontade de apagar a reivindicação do direito ao retorno e é acompanhada de um plano para acabar com os próprios refugiados. Enquanto isso, o principal fiador do “direito internacional”, o qual jamais foi utilizado contra suas próprias guerras e abusos contra povos em todo o mundo, o imperialismo dos EUA, continua entregando armas num ritmo

infernal. Junto com ele, a Alemanha de Scholz, o Reino Unido de Starmer, a França de Macron mantêm ou mesmo aumentam suas entregas de armas e componentes militares. A União Europeia, por seu lado, mantém seus acordos de associação com o Estado genocida de Israel.

Todos eles conhecem a realidade da situação imposta ao povo palestino. Não poderão dizer que não sabiam de nada.

François Lazar



↳ Bombardeio de Israel no Líbano

Bombas sobre o Líbano

A ofensiva criminosa de Israel prossegue contra o Líbano, onde não se passa um dia sem novas destruições e mortes. Em 28 de outubro, ataques aéreos sucessivos no vale do Bekaa ocasionaram a morte de 67 civis e mais de 120 feridos.

O ministério libanês da Saúde declarou que o seu sistema foi alvo de ataques de forma deliberada: 168 tripulantes de ambulâncias foram atingidos e mortos por bombas sobre seus veículos, 55 hospitais públicos e privados foram bombardeados, centros de saúde foram totalmente destruídos no sul do país.

Conversações ocorrem entre

dirigentes libaneses e o secretário de Estado dos EUA, Blinken, sobre a aplicação da resolução 1701 da ONU, que prevê o desarmamento completo do sul do Líbano. Mas, ao mesmo tempo, bombas vindas dos EUA alimentam a ofensiva redobrada de violência de Israel, e o Hezbollah responde ao fogo. A cidade histórica de Tiro está parcialmente destruída.

Nesse contexto, numerosos libaneses se engajam em ações de solidariedade e defesa civil. Foi nesse quadro que dois militantes da seção libanesa da 4ª Internacional foram mortos num bombardeio.

Mensagem recebida do Líbano em 25 de outubro

“Acabamos de saber da perda, no dia de hoje, de dois camaradas membros de seção libanesa da 4ª Internacional, Ali e Sami, mortos por ataques israelenses com bombas dos EUA.

Nossos dois camaradas foram assassinados quando cumpriam o seu dever, como faziam desde o início da ofensiva israelense, de apoiar e ajudar os refugiados nos bairros destruídos pelos bombardeios.

Eles foram assassinados quando

defendiam nossa terra contra um inimigo colonial apoiado por todas as potências imperialistas do mundo. Morreram no campo de batalha contra a injustiça e a tirania, contra a máquina de guerra cega que não faz diferença entre uma criança, uma pessoa idosa ou um deficiente.

Que a paz esteja com vocês, nossos heroicos camaradas. Prometemos que continuaremos o seu caminho. Viva a Quarta Internacional.”

Frente Ampla lidera eleições no Uruguai



↳ Candidato pela Frente Ampla, Yamandu Orsi (à esquerda) e o candidato pelo Partido Nacional, Álvaro Delgado (à direita)

No domingo 27 de outubro houve eleições presidenciais e para a renovação das duas casas do Congresso no Uruguai.

A coalizão de centro-esquerda Frente Ampla (FA, criada em 1971), além de obter maioria de senadores e deputados no Congresso, teve o seu candidato presidencial Yamandú Orsi como o mais votado com 44%, mas ainda haverá o 2º turno em 24 de novembro, no qual ele enfrentará o candidato do Partido Nacional (“Blanco”), Álvaro Delgado, apoiado pelo

atual presidente, que obteve 27% dos votos.

Recorde-se que a FA se manteve por 15 anos na presidência do Uruguai, com Tabaré Vazquez (duas vezes) e Pepe Mujica, período interrompido pela eleição do atual presidente Lacalle Pou em 2020.

De forma concomitante com as eleições legislativa e presidencial ocorreram dois plebiscitos: um sobre o regime previdenciário, de iniciativa da central sindical PIT-CNT, propondo reduzir a idade mínima

de aposentadoria de 65 para 60 anos e proibir os planos privados de aposentadoria; o outro sobre segurança cidadã. Mas, nenhuma das duas propostas obteve o percentual mínimo de 40% para aprovação.

Havia uma expectativa na militância da FA de vitória já no 1º turno, pois no 2º turno os votos do candidato do Partido Colorado, Andrés Ojeda (17%), também de direita, devem ir para Delgado, anunciando-se uma acirrada disputa.

Julio Turra